



ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM MÉRTOLA
SETORES DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS
E DO TURISMO

PROJETO 41_SGS#3

Adaptação às Alterações Climáticas em Mértola Setores da Segurança de Pessoas e Bens e do Turismo

Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas. A generalidade dos mais recentes estudos científicos aponta a região do sul da Europa como uma das áreas potencialmente mais afetadas pelas alterações climáticas (IPCC 2014, Ciscar et al. 2014).

Neste contexto, torna-se incontornável a necessidade de implementação de medidas destinadas a promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, não só a nível nacional, como também a nível regional e local.

O Município de Mértola, consciente desta realidade, tomou a iniciativa de integrar o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo (PIAACBA) – em instrumentos de adaptação setoriais de âmbito municipal.

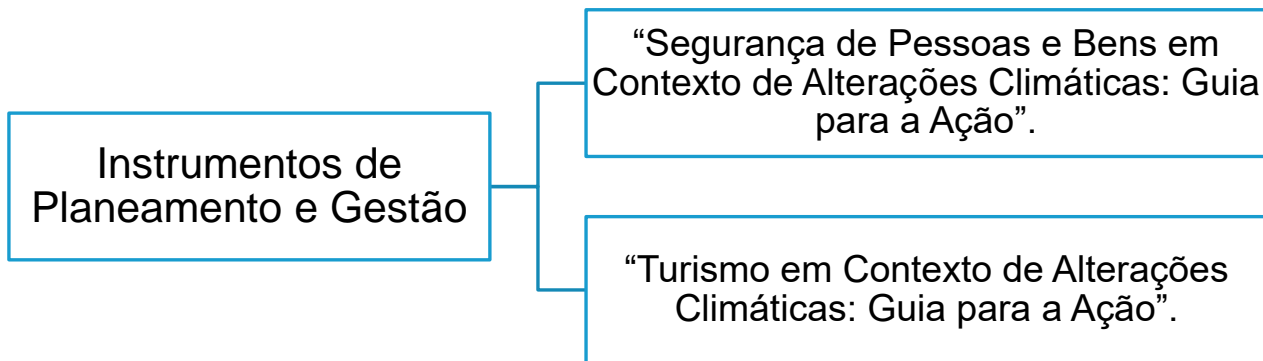
Os setores selecionados, pela sua relevância no contexto local, são a Segurança de Pessoas e Bens e o Turismo.

Prazo – 24 meses

Custo total do projeto – 85.959,01 euros

Taxa de financiamento – 85%

Financiamento do Projeto – 73.065,16 euros



Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens;

Plano de Ação para o Setor do Turismo;

Documentos produzidos:

Plano de Gestão de Riscos do Património Cultural (PGRPC) de Mértola

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Mértola

Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) do Centro Histórico de Mértola

Missão

"Garantir as condições operacionais e financeiras para implementar os processos de melhoria contínua na atuação municipal, em prol do desenvolvimento sustentável e da promoção da adaptação às alterações climáticas a longo prazo"

Visão

"Afirmar-se como um Município de referência na adaptação aos efeitos das alterações climáticas, promovendo a resiliência da sociedade e do território, ao nível dos setores da Segurança de Pessoas e Bens e do Turismo"

Objetivos do Projeto

- Integrar o PIAACBA em instrumentos de planeamento e gestão setoriais (Segurança de Pessoas e Bens e Turismo) de âmbito local (concelho de Mértola);
- Adequar o planeamento e resposta à emergência no concelho de Mértola às vulnerabilidades climáticas atuais e futuras previstas no PIAACBA;
- Identificar as vulnerabilidades climáticas a que o património cultural do concelho está exposto, incluindo o impacto potencial e detalhes das consequências;
- Identificar medidas de prevenção, resposta, mitigação e adaptação aos riscos associados ao património cultural local;
- Sensibilizar e capacitar os stakeholders locais para a necessidade de adotarem diferentes comportamentos para adaptação às alterações climáticas nos setores da Segurança de Pessoas e Bens e do Turismo;
- Aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às alterações climáticas no concelho de Mértola;
- Contribuir para os objetivos e metas da ENAAC 2020 e do P-3AC, salvaguardando a articulação e complementaridade necessária com estes instrumentos;
- Contribuir para os objetivos e metas do Programa Ambiente dos EEA Grants.

Segurança de Pessoas e Bens

O setor da Segurança de Pessoas e Bens reflete, no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), as preocupações com o potencial aumento da magnitude e frequência de fenómenos como cheias, secas, ondas de calor e do risco de incêndios florestais, que se repercutem no aumento generalizado da exposição das pessoas, bens e serviços a riscos ambientais.

O PIAACBA apresenta um conjunto de projeções climáticas para a Região do Baixo Alentejo (até ao final do século), que obrigam à tomada de medidas adaptativas e mitigadoras:

- Aumento das temperaturas média, máxima e mínima;
- Aumento da frequência de ondas de calor;
- Diminuição da precipitação média anual;
- Ocorrência de picos frequentes de precipitação intensa;
- Aumento de frequência de condições de seca.

Estas projeções acarretam impactos e consequências para a região ao nível da Segurança de Pessoas e Bens:

- Inundações em habitações, estabelecimentos comerciais e outros, causados por fenómenos de precipitação excessiva;
- Necessidade de ativação de planos de contingência para fazer face a ondas de calor;
- Risco de segurança do abastecimento de água, em virtude do aumento da ocorrência de fenómenos de seca;
- Queda de árvores, postes de redes de comunicações e cabos de alta-tensão e destruição (total ou parcial) de edifícios, devido a ventos fortes;
- Cortes de vias, colapso de edifícios, danos em infraestruturas, danos para as cadeias de produção e acidentes de viação.

Para responder a este cenário:

No planeamento de emergência, nomeadamente, *“na avaliação de riscos e vulnerabilidades para divulgação e capacitação dos diversos agentes e população sobre as alterações climáticas e seus efeitos”*, bem como *“na integração da componente de adaptação a alterações climáticas nos planos de emergência de proteção civil e nos instrumentos de ordenamento territorial, com base numa cartografia de risco, tendo em vista à redução da vulnerabilidade aos riscos climáticos”* e *“identificação de boas práticas”*;

Na resposta à emergência, nomeadamente, *“com o redimensionamento das estruturas com as necessárias adaptações de meios e recursos para fazer face aos impactes das alterações climáticas, formação destinada às equipas de intervenção e identificação de boas práticas”*.

Ao nível do planeamento de emergência, a abordagem assumirá duas vertentes distintas, a saber:

- Vertente Institucional, orientada para o planeamento da Segurança de Pessoas e Bens ao nível das estruturas da Autarquia (nomeadamente, serviço municipal de proteção civil);
- Vertente Pública, orientada para a sensibilização e capacitação das comunidades locais para a adoção de medidas de adaptação/mitigação às alterações climáticas, no âmbito da Segurança de Pessoas e Bens.

Relativamente à resposta à emergência, a mesma é, por imperativo legal, reservada às estruturas de proteção civil, assumindo então uma vertente também institucional.

O PMEPC de Mértola - assenta na variedade de riscos:	<u>Precipitação intensa</u>
	<u>Ciclones e tempestades</u>
	<u>Ondas de calor</u>
	<u>Vagas de frio</u>
	<u>Nevões</u>
	<u>Cheias e inundações</u>
	<u>Secas</u>
	<u>Sismos</u>
	<u>Tsunamis</u>
	<u>Movimentos de massa em vertentes</u>

A partir desta análise, será possível construir uma matriz de risco, onde cada um dos riscos é classificado numa escala de “Risco Baixo” a “Risco Extremo”.

A elaboração do **Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) do Centro Histórico de Mértola** permitirá dotar o Município de Mértola de um instrumento especificamente talhado para os desafios associados ao planeamento e resposta à emergência em centros históricos, num contexto de alterações climáticas.

Os riscos mais prementes neste contexto são os [incêndios e as cheias e inundações](#).

O risco de incêndio no Centro Histórico de Mértola está potenciado devido à conjugação de diversos fatores, dos quais se destacam os relacionados com a sua probabilidade de ocorrência (derivado das elevadas temperaturas), com o seu desenvolvimento e propagação e com as dificuldades de evacuação e combate.

A elevada densidade de edificação, a construção de acrescentos edificados com materiais de má qualidade e o decréscimo demográfico, que conduziu ao aparecimento de edifícios devolutos e degradados, são aspetos que potenciam o início de um incêndio.

A prevenção de incêndios no Centro Histórico de Mértola é um alvo de grande preocupação por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil de Mértola. Estes incêndios causam perdas irreversíveis ao nível do património de edifícios quer sob o ponto de vista económico quer cultural, perdendo-se muitas vezes a identidade das cidades, as memórias, acrescentados na sua grande maioria por perdas de vidas humanas.

A estes fatores acrescem ainda os riscos associados a sismos, tornados e outros.

Setor do Turismo

O setor do Turismo é uma das vertentes prioritárias de adaptação incluídas na ENAAC 2020, encontrando-se integrada no setor prioritário da Economia.

No concelho de Mértola, o turismo está em grande medida ligado ao seu vasto e valioso património natural e património cultural, que importa proteger num contexto de adaptação às alterações climáticas.

património natural - a Serra da Alcaria, o Parque Natural do Vale do Guadiana, a Tapada da Mina ou o Pulo do Lobo,

património cultural - património construído - o Castelo de Mértola, a Mina de S. Domingos, o Convento de S. Francisco, a Torre Couraça ou a Antiga Mesquita/Igreja Matriz de Mértola.

Em Mértola, o caminho pela valorização dos recursos diferenciadores do território assentou ao longo de quatro décadas no conhecimento, salvaguarda e valorização do seu património histórico e arqueológico, com particular incidência no centro histórico de Mértola, núcleo urbano da Mina de S. Domingos e antigo complexo industrial.

Resultou daí um importante e inovador projeto de desenvolvimento local assente na valorização económica da Cultura enquanto fator diferenciador e de competitividade territorial, potenciador da criação de emprego qualificado e valor económico associado essencialmente à economia do TURISMO de base sustentável.

A ocorrência de fenómenos climáticos extremos associados ao aumento das temperaturas, da intensidade da precipitação em períodos muito curtos e da intensidade e velocidade do vento, potenciam a destruição/danificação desse património cultural, através de incêndios, inundações, tornados, etc.

É neste quadro que o Município de Mértola pretende integrar a adaptação às alterações climáticas num instrumento setorial, especificamente, num documento intitulado “*Turismo em Contexto de Alterações Climáticas: Guia para a Ação*”.

O **Plano de Ação** contempla uma abordagem institucional, com ações direcionadas para o planeamento e gestão municipal do setor, mas direciona-se também aos operadores do setor turístico, do alojamento, restauração e similares.

Serão estas as entidades privadas mais afetadas pelos impactos das alterações climáticas no setor do Turismo a nível local, pelo que o Plano de Ação se destina, em grande medida, a capacitá-las e sensibilizá-las.

Atividades a manter no período pós-financiamento

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Manutenção da Estrutura Técnica de Missão	<p>A Estrutura Técnica de Missão criada para o Projeto (com 1 coordenador e técnicos do Município) irá manter-se após a implementação do Projeto.</p> <p>É esta estrutura que garante que as atividades elencadas de seguida se realizarão.</p> <p>Caso necessário, os membros da Estrutura Técnica de Missão poderão ser substituídos.</p>
Realização de reuniões	<p>Após a implementação do Projeto, as diferentes unidades orgânicas do Município de Mértola reunirão periodicamente para discussão do rumo do Projeto.</p>
Criação de Conselho Local de Acompanhamento (CLA)	<p>No âmbito do Projeto, será constituído um CLA, que integrará um conjunto de atores-chave para os setores da Segurança de Pessoas e Bens e do Turismo, no Município de Mértola, nomeadamente, administração e serviços públicos, agentes económicos, instituições científicas e de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos de comunicação social.</p> <p>O CLA destina-se a assegurar uma capacidade permanente de tomada de decisão sobre as políticas locais face a futuras mudanças no clima.</p>
Revisão do Projeto	<p>Serão criados mecanismos para revisão do Projeto no período pós-financiamento.</p> <p>Haverá dois processos distintos de revisão: revisão contínua e revisão global.</p> <p>A revisão contínua será realizada sempre que o Município de Mértola considere necessário.</p> <p>A revisão global dos documentos a produzir no âmbito do Projeto será realizada de acordo com o enquadramento legal existente.</p> <p>As revisões do Projeto facilitam o aproveitamento de oportunidades decorrentes das alterações climáticas que venham a surgir durante a sua implementação.</p>

O Modelo de Governação é operacionalizado por três entidades distintas, a saber:

- Comissão Executiva do Projeto, que é responsável pelo acompanhamento próximo do Projeto e facilita a sua execução;
- Comissão de Acompanhamento do Projeto, que é responsável pela participação ativa, acompanhamento e supervisão transversal de todas as tarefas relativas à implementação e posterior monitorização do Projeto;
- Conselho Local de Acompanhamento (CLA), que integrará um conjunto de atores-chave com relevância para o planeamento dos setores da Segurança de Pessoas e Bens e do Turismo a nível local, nomeadamente, administração e serviços públicos, agentes económicos, instituições científicas e de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos de comunicação social.

Monitorização do Projeto

Assegurada através de um sistema de indicadores e de um processo de recolha, análise e tratamento de diversas variáveis (parâmetros climáticos, impactes e custos, execução do Projeto) e apresentação de resultados, que mobilizará os diversos atores relevantes.